

DEBATE

No texto a seguir, professora da USP dá motivos por que considera importante a adoção de medidas que possibilitem o ingresso de mais negros e mulatos na Universidade.

MARIA HERMÍNIA TAVARES DE ALMEIDA

Especial para o Jornal da USP

Em sua última reunião, o Conselho Universitário discutiu a possibilidade de estabelecer ações afirmativas relacionadas à cor, em nossa universidade. Sou favorável a esse tipo de iniciativa e exponho aqui minhas razões.

Ações afirmativas que possibilitem o ingresso de mais negros e mulatos nas universidades não são um instrumento para reduzir desigualdades sociais. A peneira da desigualdade opera bem antes da escola secundária. Mas elas são importantes para formar lideranças que espelhem a mesma diversidade de cor – e de experiências sociais a ela associadas – existente na sociedade brasileira.

O Censo de 2010 mostrou que 7,6% dos brasileiros consideram-se negros e 43,13%, pardos; somados, chegam a quase 51% da população. No Estado de São Paulo, declararam-se negros 4,6% e pardos 23,8%. A porcentagem de negros e brancos que terminam o ensino médio é bem menor, mas ainda assim significativa.

Entretanto, os alunos que encontramos em nossas salas de aula são brancos, como nós, professores, se parecem a nossos filhos e com eles compartilham uma experiência de vida em tudo semelhante. A USP forma parcela das lideranças políticas, sociais, empresariais e acadêmicas do País. É importante que faça mais do que reproduzir uma elite tão homogênea e diferente da população.

Preconceito – Ações afirmativas que tenham por base a cor são necessárias porque, apesar de não haver discriminação legal, o preconceito existe na sociedade e reduz as oportunidades de quem não nasceu ou não parece branco. Estudos clássicos de Nelson do Valle e Silva (1980) e Carlos Hasenbalg (1993) e mais recentes de Ricardo Henriques (2001) mostram que a cor é de fato um dos determinantes da desigualdade de renda, significativo mesmo quando controlamos a escolaridade, faixa etária, ocupação e lugar de residência.

Na USP, temos a sorte de poder discutir ações afirmativas quando já existe uma grande variedade de experiências no País. Estudo realizado por Feres Jr., Daflon, Toste e Campos (2011) em universidades públicas, federais e estaduais constatou que 71,4% delas (70 instituições) possuem alguma forma de ação afirmativa, todas iniciadas entre 2002 e 2010; 77,1% delas por decisão autônoma de seus conselhos universitários e 22,9% em virtude de lei

estadual. As formas de ação afirmativa variam: 50% das universidades optaram por cotas, 10%, por bônus incidindo sobre as notas do vestibular, 4,3%, por acréscimos de vagas e o restante, por distintas combinações desses três mecanismos. Por outro lado, ações afirmativas têm um escopo mais variado do que se imagina: os benefícios vão para alunos de escolas públicas, negros, indígenas, deficientes, quilombolas, nascidos no Estado onde o programa existe, jovens de famílias de baixa renda, professores da rede pública, filhos de policiais e bombeiros mortos ou incapacitados em serviço, mulheres e jovens nascidos no interior. 87,1% dos programas destinam-se a alunos de escolas públicas, 57,1%, a negros e 51,7%, a indígenas.

São escassos os estudos que avaliaram resultados das políticas de ação afirmativa. As conclusões são ainda preliminares e não permitem afirmar a superioridade de um tipo sobre outros.

De toda forma, eles parecem indicar que os vaticínios sobre possíveis impactos negativos de ações afirmativas baseadas na cor não se confirmaram. As previsões pessimistas falavam das consequências de ações afirmativas baseadas na cor em dois planos diferentes: o do sistema universitário e o da sociedade.

Desempenho – No plano do sistema universitário previa-se que ações afirmativas, ao romper com o critério de mérito e levar para dentro da universidade jovens menos preparados, teriam como resultado o mau desempenho individual dos beneficiados e o rebaixamento geral dos cursos e da qualidade da pesquisa. Até agora, não há indícios seguros de que o desempenho dos ingressantes graças a ações afirmativas seja tão diferente daquele evidenciado pelos alunos selecionados pelo vestibular. Pesquisa realizada por Tessler (2006), com estudantes da Unicamp, dois anos depois da criação do programa de ação afirmativa, revelou que “em 53 dos 56 cursos de graduação da Unicamp (95%) os beneficiados pelo PAAIS (Programa de Ações Afirmativas e Inclusão Social) em média melhoraram seu desempenho mais do que os demais estudantes. Esse resultado tem significância estatística em 31 desses cursos (56%)”. Inclusive no curso de Medicina (o mais concorrido).

Em âmbito maior temia-se que ações afirmativas baseadas na cor gerassem identidades sociais “racializadas”, criando novas e indesejadas polarizações em nossa sociedade. Até o momento, não há indícios de que isso esteja ocorrendo e, pessoalmente, duvido que venha a ocorrer. Para que isso se desse, seria preciso mais do que ações afirmativas. Seria necessário que a experiência cotidiana fosse de segregação social, separação espacial (gueto), discriminação legal. Não é isso o que ocorre no País.

Há muitas formas de ação afirmativa e não é preciso que todos sigamos o mesmo modelo. Nem que nos enquadremos no modelo estabelecido pelo Congresso Nacional para as universidades federais. Cotas são apenas uma das modalidades de ação afirmativa. Penso que a USP não deveria deixar de lado a experiência do Inlusp (Programa de Inclusão Social da USP), mas poderia ampliá-la, adicionando um bônus para candidatos autodeclarados negros. Como queremos valorizar o mérito, a Universidade poderia, também, incentivar, em parceria com entidades da sociedade civil, a organização de curso(s) preparatório(s) destinado(s) aos

grupos beneficiados pelo Inclusp, criando as condições para que, a longo prazo, os bônus um dia deixassem de ser necessários.

A democracia política, no Brasil, abriu espaço para um profundo e vigoroso impulso de democratização social. As demandas por mais igualdade vieram para ficar. Não é possível passar ao largo dessa corrente profunda de mudança, da qual a correção das desigualdades assentadas na cor é um componente importante.

Maria Hermínia Tavares de Almeida (mhbtdalm@usp.br) é cientista política e diretora do Instituto de Relações Internacionais (IRI) da USP